

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: 94

Data: 02.06.75 Pg.: 12

Como julgar a matança dos cintas-largas?

As considerações de um professor sobre a chacina do paralelo 11

Esta é uma análise preparada pelo professor João Vieira, diretor do Museu Rondon da Universidade Federal de Mato Grosso, sobre o contexto do massacre de índios cintas-largas que passou a ser conhecido como "a chacina do paralelo 11". A matança dos índios aconteceu nas cabeceiras do rio Aripuanã, em outubro de 1963. Nessa época, a firma Arruda, Junqueira e Companhia Ltda., de Juína Mirim, no norte de Mato Grosso, organizou uma expedição para "explorar borracha e minérios". O comando da expedição foi entregue ao cearense Francisco Luiz da Costa, que teria obrigado os seis seringueiros sob suas ordens a matar um grupo de índios cintas-largas. Dos acusados, o único ainda vivo ou que pôde ser encontrado é Ramiro Costa, ex-seringueiro, hoje com 74 anos, preso desde 1969; Ramiro Costa foi condenado sexta-feira passada a dez anos de prisão, apesar de sempre repetir que foi obrigado a participar da matança. Durante o julgamento de Ramiro Costa, em Cuiabá, o professor João Vieira distribuiu aos presentes cópias do texto abaixo.

O centro do problema está no julgamento, não de um indivíduo, mas de uma frente pioneira, irracional e predatória, que penetra hoje nas regiões ainda selvagens do território nacional e que com suas normas marginais de comportamento, com seus códigos brutais de convivência, aceita e normaliza a violência como instrumento de solução dos conflitos de interesse.

A opinião pública das grandes cidades do Centro-Sul tem manifestado preocupação com apenas um dos aspectos negativos revelados na ação da frente pioneira na Amazônia: a destruição inútil do capital natural preservado, pela distância e pelo isolamento, da ação predatória do Período Colonial, representado pelas árvores que recobrem hoje a grande extensão do trópico úmido brasileiro, formando a maior floresta quente do planeta.

Mas a destruição de recursos naturais renováveis, pela frente pioneira que tenta, de maneira nômade e empírica, a ocupação permanente de novas terras na Amazônia, talvez seja menos grave do que a destruição sistemática de recursos humanos gerada pela colonização irracional, que lança e desampara milhares de famílias num meio-ambiente agressivo, onde as doenças, a fome e o crime se implantam com mais vigor do que as estradas lamacentas que isolam, durante

toda a estação das chuvas, as comunidades frágeis que se protegem sob tetos mais frágeis do que a das casas indígenas.

A matança de grupos indígenas, com características óbvias de genocídio, com a participação de civis e militares, foi uma das características marcantes da frente pioneira que, até o fim do século XIX, ocupou as terras novas do Oeste dos Estados Unidos.

Naquela tentativa frustrada de civilização, que deixou feridas abertas, pela violência e pelo racismo, na sociedade americana do presente, a solução arbitrária dos conflitos de interesses entre cidadãos se sobrepôs à Lei e evoluiu para causar uma guerra civil, provocada pela oposição de um grupo importante de interesses a uma decisão legal do Presidente da República.

Quem conhece a frente predatória que age em Mato Grosso e em Rondônia, reconhece, de imediato, o fenômeno de aclimação do exemplo dado pelos Estados Unidos do século passado em pleno Brasil do século XX. Falta de assistência médica, educacional e jurídica, aliadas à incapacidade tecnológica e financeira de gerar produção nestas terras chuvosas e distantes, emolduram violações das leis trabalhistas e dos códigos penal e civil, transformadas em rotinas no regime de trabalho escravo, nas pendências resolvidas à bala, na falta de registro civil das crianças que sobrevivem, nas lutas armadas entre seringueiros e índios, e, agora, entre seringueiros e pecuaristas, e entre grupos grileiros.

Mas há modelo viável de colonização que, diferente do aceito pela frente predatória e irracional possa preservar recursos humanos e naturais na Amazônia? Será possível ao Brasil evitar a repetição de erros históricos cometidos pela civilização americana, na ocupação de suas imensas áreas selvagens?

O modelo não predatório e não genocida dado pelos brasileiros já havia sido estabelecido, antes do fim do século XIX. Em 1890, quando os últimos guerreiros sioux eram massacrados pelo Exército americano em Wounded Knee, o General Gomes Carneiro colocava os índios bororó, que fechavam as vias terrestres entre Mato Grosso e Goiás, sob proteção do Exército brasileiro. Poucos anos depois, seu ex-comandado, Rondon, soldado e cientista, plantava postes telegráficos em terras até hoje desocupadas, estabelecendo, em duplo sentido, material e imaterial, linhas de comunicação entre Mato Grosso e o Amazonas, e entre civilizados e índios.

Houve, em ambos os exemplos, a afirmação de um novo modelo de civilização, criado sem os recursos tecnológicos e científicos que tornam viável sua implantação e consolidação hoje, como política de integração nacional.



Ramiro: dez anos de prisão pela morte dos índios.

Em 1868, o General Couto de Magalhães ligou a inovação tecnológica à ocupação econômica, pelo rio Paraguai: o vapor Colombo. Desmontou o navio e carregou-o por terra até as margens do Araguaia, onde construiu uma oficina e remontou-o. Criou, então, a Cia. de Navegação do Araguaia, cuja direção acumulou com o Serviço de Catequese dos Índios, e passou a melhorar o desenho de barcos adaptados à navegação do grande afluente do Amazonas, iniciando um processo de pesquisa e desenvolvimento, retomado agora pela Marinha com a construção, no Estaleiro Naval, dos navios-patrolha fluviais.

O exemplo e o modelo continuam preservados e reafirmados em alto nível de responsabilidade pelo Brasil, como o fez o ministro do Supremo Tribunal Militar, General Olympio Mourão Filho, em 1.971, declarando publicamente: "Acho que a posse da região (amazônica) devia, no momento, ser feita com vasos de guerra em rios, canais e igarapés. E a abertura de rodovias feita gradativamente sob a supervisão de cientistas que, mediante análises e estudos, definiriam regiões onde fixar núcleos de população".

Este julgamento não poderia, por falta total de condições institucionais, ser realizado na frente pioneira. Muito menos, em Aripuanã, terra dos cinta larga, cuja Prefeitura Municipal ainda fica em Cuiabá, a mais de quinhentos quilômetros de distância em linha reta. Mas já existem, na área, os conflitos de interesses típicos da frente pioneira predatória, resolvidos com recurso à violência, envolvendo seringueiros, garimpeiros, grileiros, pecuaristas e índios, renovados pela abertura indiscriminada de estradas de penetração e de desassistidos núcleos de povoamento.

Este julgamento seria impossível na frente de ocupação irracional e predatória, onde as palavras de ordem do Governo chegam truncadas e reinterpretadas à luz de interesses imediatistas e antinacionais e onde o Poder Nacional é ignorado ou mesmo contestado.

A idéia de genocídio é parcial. Não cobre a mortalidade entre os trabalhadores da selva, entre parturientes e recém-nascidos na frente pioneira, que talvez seja muito mais expressiva do que entre os grupos indígenas. Nem há genocídio na ação de indivíduos ou grupos que recorrem à violência para a solução de conflitos, de interesse, eliminando fisicamente opositores que falam línguas que lhes parecem diferentes e ininteligíveis, que usam vestimentas com cores e formas diferentes, que têm hábitos e idéias diferentes e que lhes parecem maus e reprováveis.

Ontem o alvo foi o índio, hoje o seringueiro que se diz dono não apenas das árvores da borracha, mas também da terra agora destinada a pastagens artificiais.

Contra a edificação do exemplo firmado, desde o século XIX, pelo Exército Brasileiro, que jamais fez campanha contra povos indígenas e que elevou Rondon ao posto final de marechal, há a avassaladora publicidade, livre em todo o território nacional, do genocídio e do etnocídio feita pelos filmes americanos sobre a conquista predatória do Oeste, que exerce influência decisiva sobre os espíritos simples da frente pioneira de Mato Grosso e de Rondônia.

A persistir estas condições devemos esperar que o uso da violência será sempre um recurso ao alcance dos indivíduos que precisam sobreviver na frente pioneira predatória da Amazônia.

É esta frente pioneira, irracional e violenta, que debilita o Poder Nacional, que subverte a vocação histórica do Brasil, manifestada no exemplo corajoso e inteligente dos soldados que penetraram e continuam, através dos Batalhões de Engenharia — de Construção, penetrando pacificamente nestas terras selvagens que deve ser condenada. Será inútil, para todos nós, brasileiros, neste caso, condenar consequências e absolver a causa.

Quem poderá afirmar que o massacre do Paralelo Onze não se repetirá, no futuro? Quem poderá garantir que fatos semelhantes ou piores já não se repetiram, nestes últimos treze anos, em várias áreas isoladas da frente pioneira? Quem poderá afirmar que o crime não continuará a ser, nestas comunidades entregues à própria sorte, nos domínios da floresta Amazônica, praticado como providência rotineira contra pessoas e árvores?..."